

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação e Docência - PROMESTRE

Cynthia Loureiro Amorim

**DESAFIOS DA TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: a formação e atuação dos(as)
educadores(as) do Programa Escola Integrada (PEI), na Rede Municipal de
Ensino de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2024

Cynthia Loureiro Amorim

**DESAFIOS DA TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: a formação e atuação dos(as)
educadores(as) do Programa Escola Integrada (PEI), na Rede Municipal de
Ensino de Belo Horizonte**

Recurso Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação e Docência.

Orientadora: Profa. Dra. Libéria Rodrigues Neves.

Belo Horizonte
2024

A524d

Amorim, Cynthia Loureiro, 1970-

Desafios da transversalidade da educação especial na educação em tempo integral : a formação e atuação dos(as) educadores(as) do Programa Escola Integrada (PEI), na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte / Cynthia Loureiro Amorim. -- Belo Horizonte : UFMG / FaE / Promestre, 2024.
13 p.

[Obra produzida em conjunto com a dissertação de mestrado da autora, com o título: Desafios da transversalidade da educação especial na educação em tempo integral [manuscrito] : a formação e atuação dos(as) educadores(as) do Programa Escola Integrada (PEI), na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte / Cynthia Loureiro Amorim. -- Belo Horizonte, 2024. -- 207 p. : enc, il., color. -- Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. -- Orientadora: Libéria Rodrigues Neves.].
Bibliografia: f. 13.

1. Programa Escola Integrada (Belo Horizonte, MG). 2. Educação especial.
3. Educação integral. 4. Educação inclusiva. 5. Inclusão em educação. 6. Educação e Estado -- Belo Horizonte (MG). 7. Professores de educação especial -- Formação -- Belo Horizonte (MG). 8. Belo Horizonte (MG) -- Educação inclusiva.

I. Título. II. Neves, Libéria Rodrigues, 1972-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 RECURSO EDUCACIONAL | 4 |
| 1.1 Roteiro formativo para educadores(as) da RME-BH..... | 6 |
| 1.2 Objetivo..... | 6 |
| 1.3 Metodologia | 6 |
| 1.4 Avaliação | 8 |
| 1.4.1 Módulo I – Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva | 8 |
| 1.4.1.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas | 9 |
| 1.4.1.2 Referências | 9 |
| 1.4.2 Módulo II – Modelos de compreensão da deficiência | 10 |
| 1.4.2.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas | 10 |
| 1.4.2.2 Referências | 10 |
| 1.4.3 Módulo III – Acessibilidade | 11 |
| 1.4.3.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas | 11 |
| 1.4.3.2 Referências | 11 |
| 1.4.4 Módulo IV – Diferença e educação..... | 12 |
| 1.4.4.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas | 12 |
| 1.4.4.2 Referências | 12 |
| REFERÊNCIAS | 13 |

1 RECURSO EDUCACIONAL

O presente Recurso Educacional se constitui de um *Roteiro Formativo para educadores(as) da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH)*, com temas que se pensam necessários à formação dos(as) monitores(as)/estagiários(as) do Programa Escola Integrada (PEI), bem como de toda a comunidade escolar.

Este Recurso é parte integrante da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada *Desafios da transversalidade da Educação Especial na Educação em Tempo Integral: a formação e atuação dos(as) educadores(as) do Programa Escola Integrada (PEI), na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*.

O roteiro traz como proposta um percurso que se pensa, compatível com a construção de uma prática educativa reflexiva, auto avaliativa e que oportunize como consequência, uma possível modificação de condutas e olhares sobre o Público da Educação Especial (PEE). A ideia é oportunizar um itinerário para subsidiar trocas de experiências, pensamentos, propostas e olhares.

A partir da necessidade de formação de professores(as), apontada por pesquisadores(as), é preciso atenção também à formação dos(as) demais profissionais envolvidos(as) no processo educacional nas escolas. Nesse sentido, constatamos realidades diversas no país. Mas, especificamente em Belo Horizonte, no PEI da RME-BH, temos profissionais que atuam junto ao PEE sem uma formação que os auxilie no exercício de suas funções como educadores(as), o que se estende a um número significativo de profissionais terceirizados(as) que atuam como Auxiliar de Apoio ao Educando (AAE) e demais funcionários da escola.

Destacamos que esses(as) educadores(as), denominados monitores(as)/estagiários(as) atuam com estudantes no contraturno escolar, desenvolvendo atividades distintas das curriculares. Entre os(as) estudantes, encontram-se aqueles e aquelas que compõem o PEE.

Sabe-se que muitos desses(as) profissionais não são professores(as) do Ensino Fundamental, embora façam parte de práticas educativas nesse nível e etapa educacional na RME-BH.

Em artigo recém-publicado, as autoras Antunes e Fernandes (2023) destacam a importância dos espaços de educação não escolar para as crianças e adolescentes

com deficiência. Descrevem o trabalho de investigação/intervenção realizado em uma instituição particular de Solidariedade Social - Casa de Acolhimento em Portugal, com o objetivo de desenvolver as competências para a vida, tendo em vista o desenvolvimento integral de estudantes com “necessidades educativas”. O projeto *(Re)criar Potencialidades* buscou “contribuir e potencializar o desenvolvimento humano integral, preparando para a autonomização e integração social e profissional após a desinstitucionalização” (Antunes; Fernandes, 2023, p. 2). No programa, foram realizadas oficinas de expressões plásticas, horta e jardinagem, ciência e tecnologias da informação e comunicação, gestão e organização doméstica e inserção na vida ativa.

Utilizando-se dos pensamentos de Booth e Ainscow (2015), Echeita (2017) e Santos (2018):

[...] a educação inclusiva, dada a diversidade cultural e a heterogeneidade funcional do público abrangido, exige do sistema e do processo educativo uma pluralidade de respostas complementares no sentido da edificação de um processo de educação/aprendizagem capaz de satisfazer as necessidades e interesses de cada um e de todos (Booth; Ainscow, 2015; Echeita, 2017; Santos, 2018 *apud* Antunes; Fernandes, 2023, p. 4).

Sabendo-se da singularidade dos sujeitos, Antunes e Fernandes (2023), apoiadas em autores como Arroyo (2012), Mantoan (2003) e Moura e Zucchetti (2019), relatam que

[...] mais importante que a inclusão no espaço escolar, evidencia-se a necessidade de práticas pedagógicas e metodologias diversificadas que melhor se adequem às características diferenciadas dos aprendentes, por oposição às tradicionais concepções pedagógicas uniformes e homogeneizantes (Arroyo, 2012; Mantoan, 2003; Moura; Zucchetti, 2019 *apud* Antunes; Fernandes, 2023, p. 5).

As autoras apresentam o trabalho realizado a partir de práticas educativas não formais reiterando que a educação não formal permite uma liberdade de práticas e metodologias pedagógicas diversificadas que possam ir ao encontro das necessidades e também das potencialidades dos estudantes.

As práticas pedagógicas da educação não formal caracterizam-se, precisamente, por uma ação educativa mais espontânea, mais centrada nas necessidades e potencialidades dos formandos, mais consentânea com uma dinâmica de educação-aprendizagem interativa e horizontal baseada em metodologias participativas, dialógicas e operativas, flexíveis e abertas ao novo, alternativo, não-familiar, abrindo possibilidades de integrar as idiossincrasias de todos e de cada um (Antunes; Fernandes, 2023, p. 5).

Na avaliação das pesquisadoras, apesar do trabalho ser uma pequena amostra, evidenciou-se a importância das contribuições das ações educativas não formais no processo de formação integral dos sujeitos envolvidos e dos direitos que estes têm em “[...] continuar o seu (singular, único e idiossincrático) processo de desenvolvimento, necessitando apenas de estratégias e metodologias adequadas às suas necessidades específicas” (Antunes; Fernandes, 2023, p. 14-15).

Sendo assim, perguntamo-nos se seria possível uma formação em serviço para esses profissionais? Qual formação seria possível? E qual formação seria necessária, tendo em vista o atendimento do PEE?

Diante desses questionamentos apresentamos:

1.1 Roteiro formativo para educadores(as) da RME-BH

Subsídios para formação dos profissionais do PEI, a qual pode ser proporcionada aos demais funcionários das escolas e à comunidade escolar, com a finalidade de possibilitar uma práxis permeada por conhecimentos dentro da proposta da Educação Inclusiva da RME-BH e uma convivência que respeite as singularidades e necessidades específicas dos sujeitos.

1.2 Objetivo

A proposta tem por objetivo qualificar os(as) educadores(as) do PEI, assim como os demais profissionais da escola e a comunidade escolar a atuarem com estudantes PEE, seguindo a proposta de Educação Inclusiva da RME-BH, em conformidade com o estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008).

1.3 Metodologia

A presente formação poderá ser ofertada de modo presencial e será composta de (4) módulos que serão desenvolvidos em quatro encontros dentro da temática da Educação Especial e Inclusiva. O conteúdo de cada módulo foi pensado a partir das informações obtidas na pesquisa, supracitada, onde constatamos que os(as) educadores(as) do PEI demonstraram ter uma perspectiva inclusiva, além de uma capacidade criativa. Na oportunidade os profissionais manifestaram quais seriam, diante de uma formação, os assuntos de seus interesses e suas demandas. A formação, neste sentido, se constituirá numa perspectiva dialógica, partindo dos seus saberes e de suas necessidades com pretensões em encontrar no conhecimento científico, assim como nas políticas públicas, afirmações e/ou proposições que os sustentem tanto para ressignificar quanto para avançar em suas práticas educativas.

Anteriormente aos encontros presenciais, os participantes deverão ser orientados a acessar os conteúdos sugeridos nas referências de cada módulo. Em cada encontro serão realizadas rodas de conversas, com início nos conhecimentos prévios que trazem sobre cada assunto, os quais serão conciliados/ampliados à luz dos fundamentos teóricos.

A roda de conversa, conforme nos apresenta Fasolo (2017, p. 62), “significa uma conversação grupal, supostamente livre, da qual participam diferentes pessoas, agrupadas em círculo, versando sobre algum ou vários assuntos do seu interesse”.

A escolha pela roda de conversa baseia-se no entendimento de que a formação deve apresentar uma proposta mais participativa e dividida entre os participantes, a fim de promover um maior engajamento do grupo e ao mesmo tempo romper com a sobreposição de ideias unilaterais. Nesse sentido,

a proposta de uma formação pela experiência compartilhada através desses espaços de escuta e livre circulação da palavra busca romper com um ciclo de reprodução da concepção de escola e de formação de professores pautado nas capacitações e na reciclagens, nas quais as informações e técnicas se sobrepõem à escuta do educador (Fasolo, 2017, p. 61-62).

Moura e Lima (2014), apoiadas em Warschauer (2001, p. 179), afirmam que a roda de conversa é

[...] uma conversa em um ambiente propício para o diálogo, em que todos possam se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado seja relevante para o grupo e suscite, inclusive, a atenção na escuta. Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nessa acepção, significa compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar [...] (Warschauer, 2001, p. 179 *apud* Moura; Lima, 2014, p. 100).

E as autoras complementam que “[...] é uma construção própria de cada grupo. [...] Constitui-se em um momento de diálogo, por excelência, em que ocorre a interação entre os participantes do grupo, sob a organização do coordenador [...]” (Warschauer, 2002, p. 47 *apud* Moura; Lima, 2014, p. 102).

Perante o exposto, sugerimos que as rodas de conversas sejam conduzidas pela idealizadora deste projeto, devido ao seu conhecimento da Proposta de Educação Inclusiva da RME-BH, bem como a sua familiaridade com a realidade do PEI.

Os(As) participantes serão estimulados(as) a trocas de entendimentos, saberes e experiências sobre as temáticas recomendadas, a partir ou não das perguntas norteadoras. Nas referências de cada módulo constam, textos e/ou vídeos que servirão de suporte para os estudos. Ressaltamos que as temáticas propostas neste Recurso compõem os interesses apresentados pelos(as) participantes da pesquisa e também de suas necessidades. Prevemos que cada módulo necessitará de uma carga horária mínima de 2hs, dada a proposta de discussão de cada tema.

1.4 Avaliação

Após cada encontro será disponibilizado via Google *Forms*, um questionário (a ser elaborado posteriormente), onde os integrantes do grupo serão convidados a exporem suas impressões e repercussões em torno do que foi discutido. A proposta de avaliação no formato on-line tem por objetivo permitir a livre expressão, isenta de possíveis constrangimentos, sobre os assuntos tratados em cada módulo.

1.4.1 Módulo I – Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Introdução sobre os conceitos da Educação Especial (EE) e a sua transversalidade na Educação em Tempo Integral, tendo como referência a primeira PNEEPEI.

Justificativa: na pesquisa identificamos que alguns participantes desconhecem quem faz parte do PEE, além de manifestarem desejo por aprofundar sobre a EE e a Educação Inclusiva. Outro desejo marcado pelos(as) educadores(as) do PEI, que não difere dos professores da Educação Básica, está em entender sobre cada deficiência e suas especificidades, quase como sinônimo de que tal conhecimento lhes permitirá técnicas assertivas junto a esse público. Na perspectiva da diferença, pretende-se trazer luz a essa questão, para que os participantes compreendam que, mediante as características comuns a cada deficiência, há sempre singularidades próprias de cada sujeito. Portanto, é necessário o conhecimento da pessoa com quem estamos lidando, para entender as suas características próprias e assim construir uma relação pautada no respeito e no atendimento às suas necessidades específicas.

1.4.1.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas

- Como você percebe a Inclusão Escolar?
- Quais as diferenças dessa Inclusão no PEI e no turno regular?
- O que você compreende como Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?
- Qual é o PEE em suas oficinas?
- Quais estratégias você tem desenvolvido seu trabalho com os estudantes PEE?
- O material de referência trouxe algo interessante/revelador para você?

1.4.1.2 Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 7 jan. 2008. [19] p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2024.

1.4.2 Módulo II – Modelos de compreensão da deficiência

Os modelos de compreensão da deficiência - religioso, médico, social, biopsicossocial - se constituíram em diferentes períodos históricos. Dessa forma, esses modelos de compreensão sobre a deficiência influenciam o imaginário social e referendam a forma de ver, julgar e agir com as pessoas com deficiência.

Justificativa: pensamos ser relevante a apresentação dos modelos de compreensão construídos sobre as pessoas com deficiência para que, mediante essas informações, cada sujeito se perceba dentro dessa construção histórica. E, a partir daí, reflita sobre seus pensamentos e ações diante desses sujeitos.

1.4.2.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas

- Como você percebe a relação da sociedade com as pessoas com deficiência?
- Quais os direitos da pessoa com deficiência na sociedade?
- Como seu trabalho no PEI dialoga com estes direitos?
- Algum desses modelos de compreensão da deficiência se conectam de alguma forma com seu modo de ver, pensar e agir com estas pessoas? Quais as implicações disso no cotidiano do seu trabalho no PEI com o PEE?

1.4.2.2 Referências

AUGUSTIN, Ingrid. Modelos de deficiência e suas implicações na educação inclusiva. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais** [...]. Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-6. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1427/655>. Acesso em: 10 maio 2024.

PEREIRA, Ray. Entre perspectivas e recortes. *In*: PEREIRA, Ray. **Anatomia da diferença**: normalidade, deficiência e outras invenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SOUZA, Bárbara Ceotto; TEGON, Isabella Claro; BARBOSA, Jéssica Maria. A formação de professores inclusivos para além da força categorizadora do diagnóstico: um caminho possível. *In*: MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista (org.). **Todos pela inclusão escolar**: dos fundamentos às práticas. Curitiba: CRV, 2021. p. 69-78.

1.4.3 Módulo III – Acessibilidade

Acessibilidade é proporcionar às pessoas com e sem deficiência condições de acesso e eliminação de barreiras, tendo em vista a inclusão social de todos. Entre os tipos de acessibilidade temos, de acordo com Sasaki (2009), a arquitetônica, a comunicacional, a metodológica, a instrumental, a programática e a atitudinal.

Justificativa: a partir dos interesses manifestados pelos(as) educadores(as) do PEI em conhecerem estratégias de manejo com os estudantes da EE e de metodologias de ensino para este público, pensamos como possibilidade, a discussão acerca das acessibilidades nas atividades propostas, bem como a diversificação de estratégias de ensino e de retorno por parte dos estudantes.

1.4.3.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas

- O que é acessibilidade para você?
- Quais tipos de acessibilidade você reconhece como necessárias em seu fazer educativo?
- Apoiado(a) no conceito de acessibilidade, como você pensa tornar acessível suas propostas de atividades para os(as) estudantes? Dentro da sua prática, como você pensa em executar isso?

1.4.3.2 Referências

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 10 maio 2024.

1.4.4 Módulo IV – Diferença e educação

As singularidades dos sujeitos e o conceito de diferença, na referida pesquisa, se revelaram como condição imprescindível para a Educação Inclusiva. Na perspectiva apresentada por Gilles Deleuze, a diferença é em si, ou seja, sem modelo de comparação, pois a diferença se constitui na unicidade do ser, que a cada momento vai se constituindo e se tornando diferente.

A construção desse conceito se mostra importante para que a Educação Inclusiva seja efetiva nos espaços escolares, bem como na sociedade.

Assim, a partir das construções realizadas em torno dos temas das rodas de conversas anteriores - *Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, modelos de deficiência, acessibilidade* - , finalizamos com a concepção de diferença que o trabalho de pesquisa traz, a diferença que está para todos, na intenção de rompermos com as categorizações e os enquadramentos de estudantes em um padrão prescrito e uniforme, constituídos a partir de comparações infundadas, evitando assim a exclusão de alguns.

1.4.4.1 Perguntas norteadoras para as rodas de conversas

- O que é diferença para você?
- Quais contribuições o conceito de diferença pode trazer para a educação?
- Como a diferença é tratada no PEI? E na sua oficina?
- A partir do conceito de diferença, é possível pensar suas atividades levando-se em consideração as singularidades de cada estudante? O que o conceito de diferença, apresentado nas leituras, o(a) auxilia nas relações com a comunidade escolar?

1.4.4.2 Referências

BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. *In*: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (org.). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 175-206.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Conceição Pinto; FERNANDES, Sara Daniela. Educação não formal: contributos para a educação inclusiva. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. 1-17, jan. 2023. DOI <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.11319>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/11319/7322>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 7 jan. 2008. [19] p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FASOLO, Liege Bertolini. **Escuta e experiência nas rodas de conversa com professores no contexto da inclusão**: da “rua de mão única” às “passagens”. Orientadora: Roselene Ricachenevsky Gurski. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/165471/001045949.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 maio 2024.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n.1, p. 98-106, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 13 maio 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 10 maio 2024.